

fonte: 6M

class.: GAMR 0334

data: 8/5/95

pg.: 6-5



Elmer Prata Salomão

Nova lei pode criar confronto

por Juliana Almeida
de São Paulo

Um confronto está sendo armado entre os garimpeiros de Rondônia, a Empresa Brasileira de Estanho S.A. (Ebesa) e o governo federal. Isso porque foi aprovado na Assembleia Legislativa de Rondônia, na última terça-feira, um projeto de lei autorizando o Poder Executivo do estado a emitir notas fiscais avulsas para a venda de minério de cassiterita.

O projeto, de autoria do deputado Francisco Sales, recebeu 21 votos a favor, uma ausência e foi registrada a ausência de dois deputados. O próximo passo é encaminhar o projeto para sanção do governador do estado, Valdir Raut de Matos — procedimento que deverá levar cerca de quinze dias.

Os garimpeiros já estão comemorando a vitória de uma luta que se estende desde a descoberta da mina de Bom Futuro, em 1987. Mas o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) garante que esse projeto é inconstitucional. Segundo o diretor do DNPM, Elmer Prata Salomão, a extração de bens minerais é competência da União, não podendo o estado legislar nessa área. "A intenção de Rondônia é legalizar uma atividade ilegal de extração mineral. Com isso o governo estadual vai dar aos infratores da lei uma autorização de porte do minério", afirmou Salomão.

De acordo com a Constituição, só pode exercer a extração mineral a empresa ou cooperativa garimpeira que possui o direito de lavra de uma região. No caso de Bom Futuro, por exemplo, quem detém a concessão de lavra é a Ebesa. Essa empresa conseguiu fazer um acordo com duas cooperativas de garimpeiros que atuavam no local: a Coopegro e a Coopersanta. A Coomiga e a Coogari não aceitaram esse acordo. Segundo o presidente da Coomiga, Adão Ferreira, as duas cooperativas aceitaram que 70% de sua produção fosse vendida obrigatoriamente para a empresa e os 30% restantes a terceiros, mediante nota fiscal emitida pela Ebesa — que controla o preço do minério.

Esse projeto, se sancionado pelo governador, poderá estimular a lavra ilegal em Bom Futuro e em outras minas de Rondônia, com amparo do governo estadual. "A solução que encontramos para quebrar esse monopólio foi o projeto de lei", garante Ferreira. Ele acredita que a produção de cassiterita de todo o estado possa crescer 50%, assim como deverá crescer a arrecadação de ICMS e aumentar o número de empregos. Na opinião de Salomão, a melhor forma de o estado aumentar sua arrecadação é através do controle da evasão fiscal, e não com a permissão de emissão de nota fiscal avulsa, que não garante a legalidade do minério.

Ferreira está certo de que o governador sancionará o projeto. O DNPM de Rondônia, no entanto, enviou ofício para o autor do projeto e para o presidente da Assembleia, explicando a inconstitucionalidade deste. Salomão tentará falar com o governador para que não aprove o projeto e, se isso acontecer, ele disse que será encaminhada uma denúncia ao Ministério Público.

O diretor-superintendente da Ebesa, Neuclayr Martins Pereira, afirmou que continuará lutando pelos interesses da empresa. Segundo ele, em 93 houve uma tentativa de aprovação de decreto semelhante, que foi suspenso pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. No mesmo ano, um funcionário do governo emitiu nota fiscal avulsa com autorização do vice-governador e do secretário de Finanças. Os três estão respondendo processo.